

O emprego formal no RS, nos anos 90: diferenciais na retração

*Sheila S. Wagner Sternberg**

*Maria Isabel H. da Jornada***

*Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho****

O presente artigo constitui-se em uma sistematização dos primeiros resultados de um estudo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE, que analisa a evolução do mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul, na última década, contemplando as distintas trajetórias regionais. Reconhecendo-se a retração de oportunidades, notadamente no setor industrial, que elimina milhares de postos de trabalho, como uma questão central na conjuntura, busca-se contribuir para o entendimento da dinâmica recente do emprego formal no Estado, identificando os setores de atividade e as regiões onde vêm ocorrendo a geração e a destruição de postos de trabalho, tendo em vista as transformações na base produtiva, associadas ao processo de reestruturação produtiva que tomou corpo nos anos 90. O mercado de trabalho, que historicamente ostentou um quadro de precariedade — evidenciado na elevada participação das ocupações informais, em remunerações básicas baixas e em elevada dispersão salarial, nas altas taxas de rotatividade, dentre outros aspectos —, sofreu uma nítida deterioração em suas condições gerais, em face das transformações econômicas, produtivas e institucionais que marcaram esse período. A abertura comercial, o Programa de Estabilização Econômica e a implantação, pelo Governo Federal, de uma agenda de reformas de cunho neoliberal traduzem as medidas que impactaram a década no Brasil.

Para o tratamento analítico, recorre-se a uma base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS),

* Engenheira Química, Técnica da FEE.

** Socióloga, Técnica da FEE.

*** Sociólogo, Técnico da FEE.

Os autores agradecem aos colegas do Núcleo de Estudos do Trabalho, Raul Bastos e Ilaine Zimmermann, companheiros de pesquisa, pela interlocução permanente; à Daniela Sandi, estagiária de Economia, pela seriedade e competência técnica que pautou este e todos os trabalhos em que participou junto ao Núcleo.

que fornece os registros do nível e da composição do emprego legalizado em 31 de dezembro de cada ano. Embora restritos ao mercado formal de trabalho, esses registros possuem uma riqueza admirável de informações sobre a situação dessa parcela dos empregados, constituindo-se em fonte obrigatória para se conhecer a dinâmica do emprego. A série temporal utilizada neste estudo limitou-se aos últimos dados disponíveis, ou seja, os de 1997.

O texto está organizado em duas seções, além da conclusão. A primeira trata da problemática na sua dimensão estadual e comporta dois momentos: um em que se realiza uma abordagem abrangente e recente da composição do emprego, enfocando a distribuição do emprego por setor de atividade e tamanho de estabelecimento em 1997; outro em que se tematizam as mudanças no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1989 e 1997, examinando a sua evolução nesse período. A segunda seção percorre o mesmo caminho no âmbito das regiões em que o Estado se subdivide, seguindo o recorte dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Finalmente, as conclusões apontam as principais evidências sobre o comportamento do mercado de trabalho formal no Estado e nas suas 22 regiões, chamando atenção para a importância do enfoque regional para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção do emprego.

1 - O emprego no agregado do Estado

1.1- O quadro em 1997

O Rio Grande do Sul ostentava uma cifra de 1.760.492 indivíduos formalmente empregados no ano de 1997, com uma composição setorial do emprego que acusava a forte presença das atividades vinculadas ao Setor Terciário — quase dois terços dos trabalhadores estavam inseridos no comércio (15,90%), no serviços (27,90%) e na administração pública (20,00%) —, acompanhada de uma parcela expressiva de trabalhadores no Setor Secundário (cerca de 32%), grande parte concentrada na indústria de transformação, responsável por algo em torno de 26% do estoque de empregos. O Setor Primário praticamente não comparece nessa estatística, visto tratar-se do universo de trabalhadores com vínculo formal de trabalho; mesmo assim, tem-se o registro de 4,16% da força de trabalho aí localizada, praticamente a mesma participação da construção civil (Tabela 1).

Quanto à distribuição do emprego industrial, destaca-se que quase a metade dos trabalhadores da indústria do Rio Grande do Sul se concentrava em

três segmentos produtivos — calçados (21,96%), produtos alimentares, bebidas e álcool etílico (17,10%) e metalúrgica (10,05%). Seguiam-se a esses, em ordem de importância, a indústria da borracha, fumo, couros, peles e similares (8,32%), a da madeira e mobiliário (8,31%), a mecânica (7,61%) e a química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumes e sabões (7,34%). Os demais não chegavam a atingir, isoladamente, 5% de participação relativa, sendo, portanto, pouco expressivos sob a ótica da distribuição do emprego (Tabela 2).

O espaço econômico regional era formado predominantemente por estabelecimentos de pequeno porte: 97,51% de um universo de 179.422 empresas não excediam a 49 empregados, enquanto os estabelecimentos de grande porte — com pelo menos 250 empregados — representavam tão-somente 0,46% desse todo.¹ Sob a ótica da distribuição do emprego, entretanto, revela-se uma participação equilibrada desses dois estratos, com uma pequena vantagem para os estabelecimentos menores, que absorviam 40,22% dos trabalhadores no ano de 1997, enquanto os grandes se aproximavam dos 39%. Os médios estabelecimentos — agrupados no estrato de 50 a 249 empregados —, pouco expressivos em termos de presença numérica, adquiriam significado ao se tratar do emprego, dado que respondiam por 21,00% do total de indivíduos inseridos no mercado de trabalho formal (Tabela 3).²

Em uma abordagem setorial, constata-se que os estabelecimentos de grande porte lideravam na distribuição do emprego na indústria de transformação, absorvendo quase 40% do total de trabalhadores. O restante dos empregados distribuía-se de forma equilibrada entre os pequenos e os médios estabelecimentos — 30,31% e 29,86% respectivamente. As pequenas firmas, na perspectiva do emprego, preponderavam na construção civil, onde absorviam um pouco mais da metade dos indivíduos ocupados, e no comércio, que acusava um forte predomínio do emprego em estabelecimentos menores, responsáveis por 77,41% dos trabalhadores no setor. O estrato dos grandes estabelecimentos era o de

¹ O estabelecimento, para efeitos da análise, está sendo tomado como uma *proxy* de empresa.

² Admitida a precariedade de uma classificação de porte, baseada apenas no número de empregados, bem como as dificuldades de estabelecer intervalos adequados para estratificar os estabelecimentos entre pequenos, médios e grandes, com validade para os diferentes setores de atividade, optou-se por utilizar faixas diferenciadas daquelas definidas pelo IBGE (que considera pequenas as empresas com até 99 empregados; médias aquelas no intervalo entre 100 e 499; e grandes as com 500 empregados ou mais). De forma reconhecidamente arbitrária, visando a um exercício de análise, tomaram-se parâmetros inferiores para cada estrato, o que pareceu adequado à realidade regional, na qual a participação das empresas com até 100 empregados é muito elevada, o que, se fosse obedecida a classificação do IBGE, hipertrofiaria o segmento das pequenas empresas.

menor expressão nesses dois casos — 18,90% do estoque de trabalhadores na construção civil e 5,04% no comércio. No setor serviços, os pequenos estabelecimentos também se destacavam, abrigando quase a metade do pessoal ocupado, enquanto os grandes e os médios absorviam 28,74% e 21,72% respectivamente. Na administração pública, pela sua própria natureza, os grandes estabelecimentos eram majoritários, respondendo por quase 90% dos empregados.

1.2 - A evolução ao longo da década

No final dos anos 80, o mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul comportava 1.879.537 trabalhadores, montante que, em 1997, havia se reduzido em 6,33%, o que significa a extinção de 119.045 postos de trabalho em oito anos. Como se observa no Gráfico 1, essa contração foi abrandada pelo reaquecimento da atividade econômica verificado entre a metade de 1992 e o ano de 1994, que provocou uma recuperação do nível de emprego, insuficiente, no entanto, para que fosse recuperado o patamar de 1989. Com efeito, do início do Plano Collor até meados de 1992, a trajetória do emprego no Estado era descendente: de 1989 a 1990, a taxa de crescimento foi de -5,88%; de 1990 a 1991, foi de -4,43%; de 1991 a 1992, praticamente estagnada, 0,16%. Já entre 1992 e 1993, observou-se uma expansão do mercado de trabalho de quase 5% e, entre os anos de 1993 e 1994, de um pouco mais de meio por cento. O emprego formal voltou a recuar entre 1994 e 1995 (-3,12%), com uma leve inflexão nos anos seguintes — entre 1995 e 1996 (0,38%) e entre 1996 e 1997 (1,42%).

O processo de reestruturação produtiva, aliado à ausência de uma política de crescimento econômico sustentado, marcou a *performance* do mercado de trabalho ao longo desses anos, mexendo com os arranjos setoriais e intra-setoriais. O exame da Tabela 4 mostra que o Setor Secundário apresentou o pior desempenho sob a ótica do emprego. Só a indústria de transformação liberou 123.261 trabalhadores no período (uma taxa de -21,00%), um contingente que não foi ainda maior graças à mencionada recuperação da economia entre os anos de 1992 e 1994, quando o emprego industrial cresceu. A partir de 1995, ele não voltou a apresentar variação positiva, diferentemente do emprego total no Estado. Dentro do Setor Secundário, merece registro a construção civil, com um movimento inverso ao do agregado — detectado a partir de 1993 —, que resultou em um crescimento de aproximadamente 40% entre os anos de 1989 e 1997, o que, todavia, teve escasso impacto, dada a pouca expressividade dessa atividade no que tange à estrutura do emprego. O Setor Terciário, por seu turno,

teve uma queda bem menos acentuada, que se traduziu em um encolhimento de 18.889 postos de trabalho (uma taxa de -1,65%), localizada no comércio e na administração pública, uma vez que o setor serviços acusou um incremento de 3.012, ou seja, cresceu um pouco mais de 0,5% no cálculo “de ponta a ponta”.

Se forem considerados os três grandes agregados econômicos (Primário, Secundário e Terciário), a evolução experimentada no período não foi de molde a alterar a posição relativa dos mesmos na composição setorial do emprego. A mudança aparece quando se utiliza, na base da RAIS, a abertura em “Setores IBGE”. No ano de 1997, a indústria de transformação perdeu para o serviços a condição de maior absorvedora de mão-de-obra. Em 1989, ela detinha uma participação em torno de 31%, contra 25,97% do serviços, 19,28% da administração pública e 15,52% do comércio. Em 1997, o serviços passou a ostentar a primeira posição. A administração pública continuava em terceiro lugar, e o comércio sustentava a quarta posição (Tabela 1).

Quanto à trajetória do emprego industrial, todos os subsetores acusaram queda, excetuando-se o de material de transporte, que conseguiu uma expansão em torno de 3% no período enfocado, notadamente entre os anos de 1996 e 1997 (14,56%). A indústria têxtil, vestuário e artefatos de tecidos foi a grande perdedora, com uma taxa de retração de -39,27% nos oito anos considerados, quase o dobro do que foi verificado para o total da indústria. Seguem-se a indústria de calçados, com uma taxa de -32,00%; a da borracha, fumo, couros, peles, similares e diversas, com -31,41%; a mecânica, com -28,74%; e a indústria metalúrgica, cujo estoque de trabalhadores diminuiu em 23,32%. Esses segmentos produtivos foram os que apresentaram taxas de retração da população empregada acima da média do agregado do setor, que foi de -21,00%. Todavia, sob o enfoque do volume de emprego, o maior impacto foi na indústria de calçados, que perdeu 47.919 trabalhadores, a maior queda absoluta — o triplo do que perderam cada um dos segmentos acima elencados (Tabela 2).

A observação das taxas de evolução no interior do período (Tabela 5) mostra os subsetores industriais mais impactados pela recuperação da economia brasileira da metade de 1992 até o fim de 1994: mecânica (incremento de 9,48% entre 1992 e 1993 e 14,65% entre 1993 e 1994); material elétrico e de comunicações (crescimento de 4,10% entre 1992 e 1993 e de 21,98% entre 1993 e 1994); química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria e sabões (incremento de 3,69% entre 1992 e 1993 e de 14,28% entre 1993 e 1994); madeira e mobiliário (incremento de 8,73% entre 1992 e 1993 e de 9,07% entre 1993 e 1994); papel, papelão, editorial e gráfica, que, apesar do decréscimo entre 1992 e 1993, mostrou uma surpreendente taxa positiva de 23,18% entre 1993 e 1994.

As mudanças na distribuição do emprego na indústria de transformação do Rio Grande do Sul pouco alteraram as posições relativas dos distintos subsetores. O deslocamento mais sentido é a troca de posições entre a mecânica e a madeira e mobiliário, que, em 1989, ocupavam a quinta e a sexta colocação respectivamente — ordenamento que se inverteu em 1997. A indústria de calçados diminuiu a sua participação relativa em três pontos percentuais, mas permanece com a maior ponderação, 21,96%; o segundo em importância, produtos alimentares, bebidas e álcool etílico, aumentou a sua participação em três pontos percentuais (de 14,34% para 17,10%), enquanto a metalúrgica se manteve na terceira posição, representando, em ambos os anos, cerca de 10% do emprego industrial; a quarta posição continuava com o segmento da borracha, fumo, couros, peles e similares, que antes detinha 9,59% do total de trabalhadores na indústria e passou a responder por 8,32%; a mecânica ocupava o quinto lugar em 1989, com uma taxa de 8,43%, e o sexto em 1997, com 7,61%; a indústria da madeira e do mobiliário, que era o sexto lugar em 1989, com 7,10% da mão-de-obra, alcançou o quinto em 1997, abarcando 8,31% do contingente; a indústria têxtil, sétima posição em 1989, com 6,23%, era a oitava em 1997, com um pouco menos de 5,0% dos ocupados; o oitavo lugar em 1989 era da indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumes e sabões (5,96%), que passou para o sétimo em 1997, com uma participação relativa de 7,34% (Tabela 2).

No quadro da dinâmica do mercado de trabalho no período de 1989 a 1997, chama atenção a troca de posições relativas entre o conjunto dos estabelecimentos de pequeno e o dos de grande porte, no tocante à distribuição do emprego formal (Gráfico 2). Os estabelecimentos de grande porte, que tinham a maior participação no estoque de empregados em 1989 (46,22%), experimentaram um declínio gradual ao longo desses anos, que resultou em uma taxa de participação de pouco menos de 39% em 1997, enquanto a parcela dos pequenos avançou de 30,83% para 40,22%, configurando, assim, uma distribuição praticamente equilibrada entre os dois estratos. Os estabelecimentos de médio porte, por sua vez, mantiveram a sua posição, com uma ligeira perda de participação. A trajetória do emprego no conjunto dos estabelecimentos de menor porte, excetuando os primeiros anos da década, foi de contínuo crescimento, resultando em um incremento de 22,20% na sua população empregada, ao longo do período estudado, enquanto o emprego, na totalidade dos grandes estabelecimentos, sofreu retração de 21,41%, o equivalente a 185.000 trabalhadores, e o grupo dos médios teve seu contingente reduzido em 61.706 trabalhadores (uma variação de -14,30%).

A crescente importância dos pequenos estabelecimentos no espaço econômico regional também transparece no crescimento do número desses estabelecimentos, que foi de 54,66% — muito próximo ao crescimento do número total de estabelecimentos (51,63%) —, enquanto os grandes sofreram uma retração de 24,86%, e os médios estabelecimentos, de 11,31%. Com isso, os grandes e os médios estabelecimentos passaram de 0,93% e 3,46%, respectivamente, em 1989, para 0,46% e 2,02% do total de empresas em 1997, quando os pequenos aumentaram a sua participação para 97,51%.

Aqui cabe uma observação sobre o significado desses dados. Não se pode confundir um movimento “migratório” de empresas de estratos superiores para os inferiores — o que certamente vem caracterizando o ambiente econômico, muito em função do “enxugamento” das estruturas empresariais — com uma expressão direta de desemprego ou fechamento definitivo de estabelecimentos de maior porte. Um exemplo que pode ser utilizado é o de uma firma, tomada como grande num primeiro momento da composição da série, que reduza o emprego em volume suficiente para passar a ser classificada, no segundo ponto da série, dentro do intervalo das médias. Com essa diminuição de pessoal — que pode ser tão menor quanto mais próxima a firma estivesse, inicialmente, da fronteira entre os dois estratos —, a empresa migra para a classe dimensional inferior e aumenta o contingente deste último conjunto de estabelecimentos. Nesse caso, seria um equívoco pensar que o número de empregos que deixou de figurar no estrato das grandes empresas equivale a um volume correspondente de demissões. Tampouco esses empregos que passam a ser computados na classe das médias empresas se constituem em empregos novos. Ademais, não se pode, com a fonte utilizada (RAIS Estabelecimentos), precisar o aparecimento e a extinção de empresas de acordo com o porte. Sem dúvida, o aconselhável seria a utilização de dados longitudinais que permitissem o acompanhamento das unidades produtivas por certo período de tempo, o que livraria a análise desses “vieses”.

Feitas essas qualificações, prossegue-se na análise setorial, verificando-se que, em volume de estabelecimentos, os pequenos apresentaram trajetória ascendente em todos os setores de atividade, excetuando-se a administração pública. Destacam-se a construção civil (75,52% de crescimento entre 1989 e 1997) e o serviços (76,00%), que se situaram acima da média do grupo, enquanto o comércio teve uma taxa de variação (54,82%) quase idêntica à do estrato, e a indústria de transformação, um aumento em torno de 31%.

Os grandes estabelecimentos colocam-se no outro extremo. Todos os setores, com exceção dos serviços industriais de utilidade pública e da agropecuária, experimentaram retração no número desses estabelecimentos,

chegando a alcançar taxas negativas em torno de 51%, como no comércio e de quase 31% na indústria de transformação, bem acima da média do estrato. Menor impacto verificou-se na construção civil e no serviços, com reduções nitidamente inferiores à média. Os estabelecimentos de porte médio, por seu turno, tiveram o seu número reduzido em quatro setores: comércio (-35,00%); serviços industriais de utilidade pública (-19,5%); serviços (-11,00%); e indústria de transformação (-10,00%). O crescimento mais expressivo dos médios ocorreu na administração pública (86,36%) e na construção civil (em torno de 30%).

Também sob a perspectiva do emprego setorial (Tabela 6), o conjunto das pequenas empresas teve um traçado ascendente em todos os setores de atividade, ressaltando-se a administração pública. As taxas de crescimento do emprego formal mais expressivas para o referido estrato localizaram-se na construção civil (95,26%) e no serviços (27,36%). Seguem-se a indústria de transformação (20,22%) e o comércio (14,59%). Cabe comentar, como um fenômeno à parte, a taxa de incremento de 390,52% no Setor Primário, mais em função de um provável processo tardio e ainda muito limitado de formalização das relações de trabalho no campo do que de um aumento da população ocupada. Os estabelecimentos de grande porte invertem o sinal, com uma perda de trabalhadores em todos os setores, com exceção, novamente, dos serviços industriais de utilidade pública (que ostentou crescimento de 30,16%) e das atividades primárias, que praticamente não se alteraram. As maiores perdas, sem contar a extrativa mineral, estiveram localizadas no comércio, que viu reduzido praticamente à metade o contingente de trabalhadores nesse estrato, entre 1989 e 1997, e na indústria de transformação, em que se verificou um decréscimo de quase 40% no total de indivíduos empregados no conjunto dos grandes estabelecimentos, relativamente a 1989. O setor serviços e a construção civil apresentaram taxas de retração que giraram em torno dos 18% e 17% negativos respectivamente. O conjunto dos médios estabelecimentos, que no agregado também sinalizou negativamente, teve um movimento de expansão em três setores — extrativa mineral, construção civil e administração pública. As perdas mais sentidas nesse estrato foram do comércio (-34,83%) e dos serviços industriais de utilidade pública (-22,22%). No serviços e na indústria de transformação, a redução no estrato dos estabelecimentos de médio porte foi um pouco menos acentuada, em torno de -14%, em ambos os casos.

Esse quadro evolutivo sugere alguns caminhos explicativos, balizados pelas restrições metodológicas apontadas, a começar pelo processo de terceirização, que, ao transferir uma série de atividades das empresas maiores para as menores, acabou, indiretamente, transferindo também trabalhadores. A terceirização teria repercutido no número dos pequenos estabelecimentos e na

diminuição do porte de algumas grandes e médias empresas. A reclassificação das empresas pela mudança de faixa, também aludida, é outro viés para o entendimento do fenômeno, remetendo a um provável efeito matemático. A explicação para essa mudança estrutural é certamente complexa, podendo-se estar diante da emergência de um novo padrão de empresa em termos de porte.

Cercando-se mais a realidade, procura-se conhecer a evolução do número médio de trabalhadores por porte de empresa, o que deve revelar a potencialidade de ofertar empregos de cada um dos distintos estratos. De imediato, chama atenção, na Tabela 7, a queda, entre os anos de 1989 e 1997, de 21% no emprego médio dos pequenos estabelecimentos, que de 5,12 trabalhadores diminuiu para 4,05. Essa queda foi gradual e praticamente sem interrupção ao longo do período, ao contrário do observado para os grandes estabelecimentos, que apresentaram uma variação positiva de 4,6% no seu emprego médio, passando o número médio de trabalhadores de 788 em 1989 para 825 em 1997, com oscilações no período. Já no caso dos estabelecimentos de médio porte, o emprego médio caiu de 105,38 para 101,82, ou seja, houve uma variação de -3,4%.

Essas evidências consolidam a interpretação de que a expansão do emprego no conjunto dos pequenos estabelecimentos se deveu ao aumento do número desses, os quais, entretanto, passaram a empregar, em média, menos trabalhadores do que antes. Paralelamente, pode-se depreender um crescimento mais acentuado do número de estabelecimentos localizados no limite inferior do intervalo, o que indicaria que muitos desses estabelecimentos são novos, pois as firmas que migraram de outras classes de tamanho possivelmente estejam próximas do extremo superior desse intervalo. Os estabelecimentos de grande porte, enquanto isso, passaram, em média, a empregar mais, uma vez que o número de estabelecimentos diminuiu em uma proporção maior do que o de funcionários.

O processo de reestruturação, pelo que se evidencia, não poupou o estrato das pequenas empresas. A sua importância na mudança estrutural do emprego é inquestionável, mas as implicações qualitativas desse fenômeno devem ser problematizadas, merecendo especial atenção a avaliação do potencial que os pequenos estabelecimentos dispõem no sentido de dinamizar a economia e sustentar um movimento de geração de novos empregos. De forma análoga, deve-se acompanhar detidamente a qualidade dos postos de trabalho que vêm se concentrando nas pequenas empresas, uma vez que, tradicionalmente, o emprego que nelas se localiza é marcado por diferenciais negativos, seja do ponto de vista das remunerações, seja da duração dos vínculos contratuais.

2 - A distribuição regional do emprego

2.1 - O quadro em 1997

Os 1.760.492 postos de trabalho computados pela RAIS, ao final do ano de 1997, no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, apresentavam distribuição heterogênea no território. Tomando-se como base a regionalização do Estado em Coredes, constata-se que cerca de 65% dos trabalhadores formais se concentravam em apenas quatro Coredes: o Metropolitano Delta do Jacuí detinha 35,73% dos empregos; o Vale do Rio dos Sinos, 12,96%; o Serra, 9,81%; e o Sul, 5,67%. Os demais Coredes atingiam, no máximo, participação de cerca de 4%³ (Tabela 8).

A diferenciação entre as regiões do Estado manifesta-se também na distribuição setorial do emprego, conforme evidencia a Tabela 9. Considerando-se os três grandes agregados econômicos — Primário, Secundário e Terciário —, observa-se que, em seis Coredes, o Secundário era, em 1997, o que maior número de postos de trabalho formal detinha; nas demais regiões, que totalizam 16, era no Terciário que se localizava a maior parcela da mão-de-obra.

Assim como no total do Estado, o emprego primário era pouco expressivo em quase todos os Coredes, o que se associa ao grau relativamente baixo (embora tenha mostrado aumento) de formalização das relações de trabalho nesse agregado. Ainda assim, em quatro Coredes — Alto Jacuí, a Campanha, a Fronteira Oeste e o Nordeste —, o emprego formal primário tinha expressão destacável, atingindo uma participação em torno de 13%, 18%, 23% e 21% em cada um deles, respectivamente.

Dentre os seis Coredes em que o Setor Secundário era responsável pelo maior contingente de empregados, figuram dois dos que foram acima destacados por sua elevada participação no emprego total do Estado — o Vale do Rio dos Sinos e o Serra. Os demais são Hortênsias, Paranhana, Vale do Caí e Vale

³ Essa concentração do emprego formal é significativamente superior à que se verifica na distribuição da população: segundo dados do Núcleo de Indicadores Sociais da FEE, os quatro Coredes mencionados detinham, em 1997, 48,5% dos habitantes do Estado. Nesse sentido, é importante ressaltar que, para uma análise efetiva dos mercados de trabalho regionais, a simples distribuição do emprego formal, à qual o presente texto se limita, é insuficiente, pois seria preciso relacioná-la às características demográficas desses mercados — população total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa —, contemplando-se, ademais, as ocupações que não se constituem em vínculos oficializados de emprego.

do Taquari. Em todos eles, o peso relativo do Secundário era mais expressivo do que no agregado do Estado. Dentre os setores que compõem o Secundário, a indústria de transformação detinha o maior número de trabalhadores em todas as regiões citadas. O Corede em que a indústria de transformação ostentava a maior participação no total do emprego era o Paranhana, com cerca de 71% dos postos formais de trabalho nesse setor de atividade. Considerado, por outro lado, o volume absoluto de empregos, o Vale do Sinos destacava-se como o Corede com o maior contingente de trabalhadores na indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 110.279 empregados —, seguido pelo Serra, com 88.085. O Paranhana colocava-se em terceiro lugar, com 31.509 trabalhadores.

Dentre aqueles Coredes nos quais — assim como no total do Estado — havia predomínio do emprego formal no Terciário, sobressai o Metropolitano Delta do Jacuí, em que a participação desse agregado atingia, em 1997, cerca de 81%. A distribuição setorial do emprego terciário — considerando-se, ainda, esse conjunto de 16 Coredes em que o referido agregado ocupava a maior parcela de trabalhadores formais — marcava a predominância dos serviços em 12 regiões (Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Produção, Sul, Vale do Rio Pardo e Metropolitano Delta do Jacuí). Esta última se destaca uma vez mais na medida em que a participação do setor serviços no emprego total atingia, em 1997, cerca de 36%, o mais alto percentual verificado entre todos os Coredes.

Nos Coredes Médio Alto Uruguai e Missões, era a administração pública o setor responsável pela ocupação de maior contingente de trabalhadores do Terciário, embora, no segundo caso, as participações de cada um dos três setores do agregado fossem muito semelhantes entre si. Os Coredes Litoral e Alto Jacuí tinham o comércio como principal setor empregador.

2.2 - A evolução ao longo da década

Os movimentos do mercado formal de trabalho, entre 1989 e 1997, descrevem, nos diferentes Coredes, trajetórias com considerável grau de convergência: como traço geral, as oscilações em cada uma das regiões não se afastam muito das tendências que marcaram o comportamento do emprego no conjunto do Estado. Ainda assim, a intensidade com que se manifestaram os movimentos de recuo e expansão em cada região e em cada período bem como alguns casos em que a trajetória se distingue terminam por diferenciar os resultados líquidos observados em cada Corede ao final do período analisado, o que está nítido nas Tabelas 10 e 11. De maneira geral, os anos de 1990 e 1991 foram

marcados pela queda do emprego; já nos três anos seguintes, a maioria dos Coredes apresentou recuperação do emprego, o qual, contudo, voltou a decrescer em 1995 e em 1996, apresentando novamente ascensão em 1997.

Ainda que não configurem transformações muito drásticas, as diferenças nas trajetórias regionais traduzem-se em alterações nas taxas de participação dos Coredes, no total do emprego estadual. As maiores alterações aparecem nos Coredes Vale do Rio dos Sinos e Sul, que apresentaram reduções de aproximadamente 1,4 ponto percentual e 1,2 ponto percentual, respectivamente, em suas taxas. Nos demais Coredes, a variação foi de, no máximo, um ponto percentual. Há que considerar que, dado o pequeno peso relativo que muitos dos Coredes ostentam no total do emprego gaúcho, uma oscilação em suas taxas de participação, muitas vezes, tem pouca relevância no agregado do Estado, mas adquire considerável impacto no âmbito regional.

De forma geral, as posições relativas dos Coredes mantiveram-se predominantemente estáveis no intervalo de tempo considerado. Os 11 primeiros Coredes do *ranking* de 1989 conservavam, em 1997, praticamente as mesmas posições: inverteram-se apenas as colocações do Fronteira Oeste com o Produção (aquele regredindo para o sétimo lugar), bem como do Noroeste Colonial com o Paranhana Encosta da Serra (que ascendeu para o décimo posto). De forma análoga, os Coredes que, em 1989, menor expressão possuíam no emprego formal gaúcho — Nordeste e Médio Alto Uruguai — se mantiveram nessa mesma situação ao final de 1997.

Nas demais regiões que ocupavam posições intermediárias, o reordenamento foi mais perceptível: alguns Coredes ascenderam vários níveis na hierarquia, com a conseqüente regressão de outros.

Dessa forma, ao final do período estudado, verificavam-se diferenças importantes no resultado líquido das variações do emprego formal ocorridas nas diferentes regiões do Estado. Tendo-se presente que o agregado estadual marcou uma retração de 6,33% no número de postos de trabalho, podem-se tratar separadamente três tipos de trajetória que se verificaram nos Coredes.

Dez regiões, contempladas na Tabela 12, ostentavam, no final do período, variação negativa do emprego. Dentre essas, pode-se mencionar uma primeira situação, que é a dos Coredes nos quais o emprego decresceu proporcionalmente menos do que no conjunto do Estado. Trata-se da situação do Missões e do Vale do Taquari, cujos estoques de postos formais de trabalho diminuíram em 2,05% e 2,56% respectivamente, o que configura, em termos relativos, um desempenho favorável dentro do quadro geral do Estado. Com isso, essas regiões ostentaram pequenos acréscimos em sua participação na distribuição do emprego total do Rio Grande do Sul, conservando-se, entretanto, pouco expressivas

no agregado: o Vale do Taquari, embora na oitava posição do *ranking* do volume de emprego no Estado, representava apenas 3,13% do mercado formal de trabalho gaúcho em 1997; a participação da região das Missões, por sua vez, limitava-se a 1,39%.

Uma segunda situação caracteriza os oito Coredes que tiveram seu número de trabalhadores formais reduzido em proporção superior à que se verificou no agregado do Estado. Com esse critério, agruparam-se desde Coredes que tiveram retrações em percentuais pouco mais elevados do que o do Rio Grande do Sul (caso da Região Central, com perda de 6,76%, e mesmo do Corede Metropolitano Delta do Jacuí, com variação de -7,73%), até aqueles que, em 1997, haviam eliminado mais de uma quinta parte do estoque de empregos existente em 1989 (Regiões Sul, Centro-Sul e Campanha).

Nesse grupo de regiões em que a *performance* do mercado de trabalho foi mais negativa do que a do agregado do Estado, deve-se destacar o importante impacto da presença dos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Sul, que estão entre aqueles com mais elevada participação no emprego estadual. Em conjunto, eles eliminaram 123.204 postos de trabalho no período, o que equivale a praticamente 80% da perda acumulada nas 10 regiões em que o emprego decresceu.⁴

Desses três Coredes de maior expressão, a variação negativa mais acentuada deu-se no Sul, com uma queda de cerca de 23% no emprego formal, o que representa a eliminação de aproximadamente 29.000 postos de trabalho. Entretanto, em números absolutos, as retrações foram mais drásticas nos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos — 52.708 e 41.184 empregos eliminados respectivamente. No primeiro caso, a variação negativa foi de quase 8% e, no segundo, de aproximadamente 15%.

Embora tenham menor expressão no agregado do emprego estadual (taxas de participação beirando 1,3%, em ambos os casos, no ano de 1997),

⁴ Em conjunto, os 10 Coredes que tiveram retração de emprego no período analisado eliminaram 155.439 postos. Já na soma das 12 regiões em que o emprego cresceu, o acréscimo foi de 53.886 postos. Assim, calcular-se-ia para o agregado estadual uma perda de aproximadamente 101 mil postos. Entretanto, conforme foi visto anteriormente, o Rio Grande do Sul perdeu mais de 119 mil empregos entre 1989 e 1997. Essa diferença deve-se a “impurezas” na base de dados das RAIS, que têm, a cada ano, uma parcela de registros de empregos em que o município não é identificado. Assim, em 1989, os registros de municípios ignorados superavam 1%, tendo caído para 0,10% em 1997. Em números absolutos, essa classificação residual “perde” 17.492 trabalhadores, o que, certamente, gera distorções que recomendam cautela especial ao se tratar de Coredes com pequena representatividade no emprego total do Estado.

merecem destaque, pelo percentual de retração que sofreram no período estudado; os Coredes Campanha e Centro-Sul. O primeiro perdeu, entre 1989 e 1997, 20,22% do seu estoque de empregos; o segundo, ainda mais: 25,69%.

Tomando-se os oito Coredes desse segundo grupo, observa-se que, em todos eles — o que, aliás, é regra para os 22 Coredes do Estado —, houve aumento no número de trabalhadores do Setor Primário. As perdas, dessa forma, distribuíram-se entre o Secundário e o Terciário. Em sete das oito regiões em questão, houve retração no Secundário — a única exceção foi a região Central, em que o emprego nesse setor cresceu 10,40%. Quanto ao Terciário, foram seis os Coredes do grupo a eliminarem postos (as variações positivas deram-se somente no Vale do Sinos e no Hortênsias). Excetuado, uma vez mais, o Corede Central, as perdas no Secundário foram sempre superiores às do Terciário, com diferenciais, em geral, bastante acentuados.

Por fim, caracterizando-se uma terceira trajetória de evolução, agrupam-se, na Tabela 13, os Coredes em que se verificou crescimento no número de empregos formais. Esse conjunto abarca 12 regiões, número que supera o daquelas em que o período analisado foi de retração no emprego. Entretanto a soma das taxas de participação desses Coredes no mercado formal de trabalho gaúcho, ao final do período estudado (após, portanto, assinalar uma *performance* positivamente diferenciada), era da ordem de 30%. Com isso, os 53.886 postos que, em conjunto, foram capazes de acrescer aos seus estoques de emprego, embora representando uma considerável variação de 11,25% relativamente ao patamar de 1989, não conseguiram evitar que, no agregado do Estado, houvesse a retração de quase 120 mil postos de trabalho.

Dentre essas 12 regiões, cabe destacar três. Primeiramente, a da Serra, por sua expressividade no conjunto do Estado. Embora tenha experimentado um crescimento de emprego que, percentualmente, é o segundo menor desse conjunto de Coredes, ela era, do grupo, a que maior participação detinha, ao final de 1997, no *ranking* do mercado formal de trabalho do Estado (com uma taxa de 9,81%, a terceira colocação dentre os 22 Coredes). Os 4,23% de variação positiva que obteve no emprego significaram a expansão de aproximadamente sete mil postos de trabalho, o segundo maior valor absoluto observado nesse conjunto de Coredes. Com a primeira posição em número de empregos adicionados, tem-se o Paranhana, que logrou um aumento de 9.347 postos — uma variação admirável de 26,80%, segundo mais alto percentual verificado no grupo. O terceiro destaque é para a região que obteve a mais alta taxa de crescimento do emprego formal entre 1989 e 1997: o Corede Médio Alto Uruguai, cujo estoque de postos de trabalho apresentou variação positiva de 42,92%. Nesse caso, entretanto, é preciso ter presente que se trata da região com mais

baixa participação na distribuição do emprego no Estado (0,64%) e que, mesmo após esse acréscimo, não atingiu, em 1997, sequer 12.000 ocupações formais.

Além dos três Coredes ressaltados, tiveram também evolução positiva do mercado formal de trabalho as seguintes regiões: Produção, Vale do Rio Pardo, Noroeste Colonial, Norte, Litoral, Fronteira Noroeste, Vale do Caí, Alto Jacuí e Nordeste.

Esses 12 Coredes que obtiveram crescimento do emprego apresentaram, em oito casos, variação positiva nos três agregados — Primário, Secundário e Terciário. Das quatro regiões restantes, uma (Alto Jacuí) sofreu diminuição do número de postos no Setor Terciário (-0,59%); as outras (Serra, Noroeste Colonial e Nordeste), no Setor Secundário. Essas perdas (-7,12%, -6,33% e -2,12% respectivamente), de qualquer forma, foram bem menos drásticas do que a experimentada pelo Setor no agregado do Estado.

No atual estágio da investigação, e consideradas as limitações de fontes de informação, seria prematuro avançar hipóteses sobre os fatores que condicionaram as especificidades das trajetórias do emprego nos 22 Coredes em que se divide o Estado. Todavia é oportuno destacar uma evidência bastante interessante no que se refere à espacialização do comportamento do emprego formal no período 1989-97. Quando se observa graficamente a localização das regiões que integram cada um dos três grupos de Coredes acima analisados (Mapa 1), observa-se uma clara continuidade territorial entre aquelas em que o mercado de trabalho teve comportamento positivo, de um lado, e entre aquelas que enfrentaram restrições mais severas, de outro.

Uma análise que incorpore, de forma conseqüente, a dimensão territorial dos resultados observados exige um rigoroso esforço de identificação e ponderação dos fatores que condicionaram esses comportamentos diferenciados, bem como uma revisão e, possivelmente, um refinamento dos próprios critérios de regionalização. Ademais, a limitação que representam as fontes do MTE, restritas ao emprego formal, precisa ser considerada e exigiria procedimentos suplementares. Nesse momento, cabe reter a flagrante polarização que emerge quando se espacializam os Coredes que tiveram evolução positiva do emprego, concentrados no Norte do Estado, e aqueles que tiveram *performance* mais adversa, localizados predominantemente no Sul.⁵ O comportamento do mercado formal de trabalho está a indicar a persistência e a reprodução desses diferenciais históricos de dinamismo econômico e de bem-estar social.

⁵ A relativizar essa constatação, no entanto, deve-se ter presente que as maiores reduções absolutas no estoque de emprego formal se verificaram em Coredes que abrangem áreas da Região Metropolitana (o Metropolitano Delta do Jacuí e o Vale do Rio dos Sinos).

Conclusões

Nessa primeira e seletiva consolidação dos dados que o NET vem investigando a evolução do emprego formal no Estado, ao longo dos anos 90, algumas evidências se destacam.

O recuo de 6,33% verificado nesse segmento do mercado de trabalho entre o final de 1989 e o de 1997 ganha ainda maior gravidade se se considerar que a PEA do Rio Grande do Sul cresceu 9,38% no mesmo período, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE.⁶ Dessa forma, além de não ser capaz de absorver sequer uma pequena parcela da oferta de força de trabalho, o mercado formal de trabalho retrai-se em termos absolutos, expulsando contingentes para ocupações de menor qualidade ou para o desemprego.

Essa retração, como se pôde observar, foi diferenciada. Setorialmente, a indústria de transformação é o foco nevrálgico desse comportamento do emprego, tendo eliminado mais de 123 mil trabalhadores no período analisado, contingente que chega a exceder o volume líquido de postos de trabalho perdidos no Estado. Dentro do setor, também essa perda se concentra, destacando-se o segmento produtor de calçados como o responsável por mais de um terço do decréscimo da indústria de transformação.

Em termos de tamanho dos estabelecimentos empregadores, há um marcante realinhamento das taxas de participação por estrato. O segmento das pequenas empresas experimenta um crescimento de mais de 20%, relativamente ao volume de empregos que abarcava em 1999, percentual bastante próximo ao que perde a classe das grandes.

Regionalmente, o desempenho negativo dos Coredes que detêm grande parcela do emprego formal gaúcho — Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos notadamente — é certamente decisivo na *performance* do agregado estadual. Mas merece ser sublinhado que o número de regiões em que se verificou crescimento é maior do que o daquelas em que o mercado de trabalho se retraiu. Esses Coredes se localizam quase exclusivamente na porção Norte do Rio Grande do Sul, refletindo a persistência e o aprofundamento das desigualdades intra-estaduais.

⁶ Compara-se aqui a PEA de 1990 com a de 1997. Devido a mudanças metodológicas introduzidas na PNAD em 1992, esse cálculo exigiu uma compatibilização, que implica “retirar” da PEA de 1997 categorias que não eram computadas até a implementação das referidas mudanças.

Dado o caráter reconhecidamente estratégico das instâncias locais e regionais no enfrentamento da problemática do emprego, é prioritário o avanço no conhecimento das especificidades que vêm marcando as trajetórias dos mercados de trabalho em diferentes porções do território gaúcho. Mesmo com as limitações acarretadas por um recorte que se restrinja ao emprego formal, os dados do MTE constituem-se em fonte de inestimável importância, devendo sustentar a continuidade da pesquisa atualmente desenvolvida pelo NET. Isso, entretanto, não deve obscurecer o elevado interesse social de novos instrumentos, consistentes e continuados, de investigação da totalidade do mercado de trabalho gaúcho, que acompanhem sua segmentação e permitam analisar com maior acuidade a crescente parcela do emprego informal, bem como a problemática do desemprego, a exemplo do que na Região Metropolitana de Porto Alegre vem sendo garantido pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE).

Tabela 1

Evolução do emprego formal, por setor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1989-97

a) 1989-91

DISCRIMINAÇÃO	1989		1990		1991	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Extrativa mineral	5 393	0,29	5 999	0,34	5 389	0,32
Indústria de transformação	586 977	31,23	507 207	28,67	476 486	28,19
Serviços industriais de utilidade pública	20 559	1,09	21 758	1,23	22 646	1,34
Construção civil	52 504	2,79	43 475	2,46	38 140	2,26
Comércio	291 628	15,52	268 983	15,21	245 002	14,49
Serviços	488 187	25,97	466 720	26,38	447 502	26,47
Administração pública	362 286	19,28	350 194	19,80	336 346	19,90
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	29 322	1,56	28 535	1,61	27 282	1,61
Outros/ignorado	42 681	2,27	76 115	4,30	91 753	5,43
TOTAL	1 879 537	100,00	1 768 986	100,00	1 690 546	100,00

Tabela 1

Evolução do emprego formal, por setor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1989-97

b) 1992-94

DISCRIMINAÇÃO	1992		1993		1994	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Extrativa mineral	5 311	0,31	5 292	0,30	5 559	0,31
Indústria de transformação	482 386	28,49	504 940	28,47	512 662	28,72
Serviços industriais de utilidade pública	20 886	1,23	19 969	1,13	27 732	1,55
Construção civil	39 462	2,33	41 341	2,33	60 934	3,41
Comércio	234 323	13,84	239 582	13,51	278 401	15,60
Serviços	436 514	25,78	440 520	24,84	417 664	23,40
Administração pública	322 935	19,07	79 007	4,46	340 736	19,09
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	35 729	2,11	38 994	2,20	64 969	3,64
Outros/ignorado	115 646	6,83	403 657	22,76	76 252	4,27
TOTAL	1 693 192	100,00	1 773 302	100,00	1 784 909	100,00

c) 1995-97

DISCRIMINAÇÃO	1995		1996		1997	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Extrativa mineral	4 172	0,24	3 929	0,23	4 565	0,26
Indústria de transformação	478 693	27,68	477 778	27,53	463 716	26,34
Serviços industriais de utilidade pública	25 690	1,49	23 691	1,36	21 802	1,24
Construção civil	63 779	3,69	63 671	3,67	72 857	4,14
Comércio	268 601	15,53	262 694	15,13	279 980	15,90
Serviços	470 071	27,18	471 754	27,18	491 199	27,90
Administração pública	330 336	19,10	354 515	20,42	352 033	20,00
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	74 979	4,34	73 993	4,26	73 264	4,16
Outros/ignorado	12 847	0,74	3 771	0,22	1 076	0,06
TOTAL	1 729 168	100,00	1 735 796	100,00	1 760 492	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997).
 Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 2

Evolução do emprego formal na da indústria de transformação, por subsetor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1989-97

a) 1989-91

DISCRIMINAÇÃO	1989		1990		1991	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Produtos minerais não-metálicos ...	15 381	2,62	13 924	2,75	12 601	2,64
Metalúrgica	60 802	10,36	52 918	10,43	48 715	10,22
Mecânica	49 491	8,43	40 340	7,95	35 463	7,44
Material elétrico e de comunicações	14 195	2,42	12 680	2,50	10 982	2,30
Material de transporte	20 967	3,57	19 173	3,78	19 720	4,14
Madeira e mobiliário	41 679	7,10	34 448	6,79	32 813	6,89
Papel, papelão, editorial e gráfica	22 697	3,87	19 998	3,94	18 656	3,92
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares	56 279	9,59	50 396	9,94	45 686	9,59
Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumes, sabões, velas e material plástico	35 012	5,96	31 095	6,13	28 131	5,90
Têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	36 592	6,23	33 902	6,68	27 951	5,87
Calçados	149 733	25,51	122 661	24,18	122 278	25,66
Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	84 149	14,34	75 672	14,92	73 490	15,42
TOTAL	586 977	100,00	507 207	100,00	476 486	100,00

b) 1992-94

DISCRIMINAÇÃO	1992		1993		1994	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Produtos minerais não-metálicos ...	12 770	2,65	12 234	2,42	13 347	2,60
Metalúrgica	45 960	9,53	49 040	9,71	49 825	9,72
Mecânica	32 942	6,83	36 065	7,14	41 349	8,07
Material elétrico e de comunicações	11 117	2,30	11 573	2,29	14 117	2,75
Material de transporte	20 202	4,19	21 121	4,18	20 352	3,97
Madeira e mobiliário	34 197	7,09	37 182	7,36	40 554	7,91
Papel, papelão, editorial e gráfica	17 130	3,55	16 593	3,29	20 439	3,99
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares	46 906	9,72	47 649	9,44	44 424	8,67
Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumes, sabões, velas e material plástico	30 615	6,35	31 745	6,29	36 277	7,08
Têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	24 539	5,09	26 905	5,33	26 379	5,15
Calçados	135 037	27,99	146 775	29,07	128 882	25,14
Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	70 971	14,71	68 058	13,48	76 717	14,96
TOTAL	482 386	100,00	504 940	100,00	512 662	100,00

Tabela 2

Evolução do emprego formal na da indústria de transformação, por subsetor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1989-97

c) 1995-97

DISCRIMINAÇÃO	1995		1996		1997	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Produtos minerais não-metálicos ...	12 662	2,65	13 270	2,78	13 461	2,90
Metalúrgica	43 995	9,19	44 222	9,26	46 621	10,05
Mecânica	36 912	7,71	34 606	7,24	35 269	7,61
Material elétrico e de comunicações	13 018	2,72	12 620	2,64	11 550	2,49
Material de transporte	19 304	4,03	18 841	3,94	21 584	4,65
Madeira e mobiliário	36 726	7,67	36 851	7,71	38 526	8,31
Papel, papelão, editorial e gráfica	21 378	4,47	21 181	4,43	20 745	4,47
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares	38 907	8,13	40 123	8,40	38 601	8,32
Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumes, sabões, velas e material plástico	34 531	7,21	34 177	7,15	34 036	7,34
Têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	22 831	4,77	21 851	4,57	22 221	4,79
Calçados	113 692	23,75	116 602	24,41	101 814	21,96
Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	84 737	17,70	83 434	17,46	79 288	17,10
TOTAL	478 693	100,00	477 778	100,00	463 716	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 3

Número de estabelecimentos e número de empregados, por porte e por setor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1997

DISCRIMINAÇÃO	ATÉ 49 EMPREGADOS		DE 50 A 249 EMPREGADOS	
	Estabeleci- mentos	Empre- gados	Estabeleci- mentos	Empre- gados
Extrativa mineral	571	2 716	12	1 123
Indústria de transformação	22 394	140 574	1 272	138 458
Serviços industriais de utilidade pública	782	6 032	58	5 615
Construção civil	8 641	38 029	205	21 055
Comércio	61 020	216 731	532	49 147
Serviços	60 410	243 330	1 115	106 704
Administração pública	720	4 289	328	38 338
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	19 926	55 424	108	9 141
Outros/ignorado	499	948	1	128
TOTAL	174 963	708 073	3 631	369 709

DISCRIMINAÇÃO	MAIS DE 250 EMPREGADOS		TOTAL	
	Estabeleci- mentos	Empre- gados	Estabeleci- mentos	Empre- gados
Extrativa mineral	2	726	585	4 565
Indústria de transformação	350	184 684	24 016	463 716
Serviços industriais de utilidade pública	12	10 155	852	21 802
Construção civil	26	13 773	8 872	72 857
Comércio	32	14 102	61 584	279 980
Serviços	217	141 165	61 742	491 199
Administração pública	178	309 406	1 226	352 033
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	11	8 699	20 045	73 264
Outros/ignorado	0	0	500	1 076
TOTAL	828	682 710	179 422	1 760 492

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 4

**Variação percentual do emprego formal, por setores de atividade,
no Rio Grande do Sul — 1989-97**

DISCRIMINAÇÃO	1989-90	1990-91	1991-92	1992-93	1993-94
Extrativa mineral	11,24	-10,17	-1,45	-0,36	5,05
Indústria de transformação	-13,59	-6,06	1,24	4,68	1,53
Serviços industriais de utilidade pública	5,83	4,08	-7,77	-4,39	38,88
Construção civil	-17,20	-12,27	3,47	4,76	47,39
Comércio	-7,77	-8,92	-4,36	2,24	16,20
Serviços	-4,40	-4,12	-2,46	0,92	-5,19
Administração pública	-3,34	-3,95	-3,99	-75,53	331,27
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	-2,68	-4,39	30,96	9,14	66,61
Outros/ignorado	78,33	20,55	26,04	249,05	-81,11
TOTAL	-5,88	-4,43	0,16	4,73	0,65

DISCRIMINAÇÃO	1994-95	1995-96	1996-97	1989-97
Extrativa mineral	-24,95	-5,82	16,19	-15,35
Indústria de transformação	-6,63	-0,19	-2,94	-21,00
Serviços industriais de utilidade pública	-7,36	-7,78	-7,97	6,05
Construção civil	4,67	-0,17	14,43	38,76
Comércio	-3,52	-2,20	6,58	-3,99
Serviços	12,55	0,36	4,12	0,62
Administração pública	-3,05	7,32	-0,70	-2,83
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	15,41	-1,32	-0,99	149,86
Outros/ignorado	-83,15	-70,65	-71,47	-97,48
TOTAL	-3,12	0,38	1,42	-6,33

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 5

Varição percentual do emprego formal na indústria de transformação, por subsetor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	1989-90	1990-91	1991-92	1992-93	1993-94
Produtos minerais não-metálicos ...	-9,47	-9,50	1,34	-4,20	9,10
Metalúrgica	-12,97	-7,94	-5,66	6,70	1,60
Mecânica	-18,49	-12,09	-7,11	9,48	14,65
Material elétrico e de comunicações	-10,67	-13,39	1,23	4,10	21,98
Material de transporte	-8,56	2,85	2,44	4,55	-3,64
Madeira e mobiliário	-17,35	-4,75	4,22	8,73	9,07
Papel, papelão, editorial e gráfica	-11,89	-6,71	-8,18	-3,13	23,18
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares	-10,45	-9,35	2,67	1,58	-6,77
Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumes, sabões, velas e material plástico	-11,19	-9,53	8,83	3,69	14,28
Têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	-7,35	-17,55	-12,21	9,64	-1,96
Calçados	-18,08	-0,31	10,43	8,69	-12,19
Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	-10,07	-2,88	-3,43	-4,10	12,72
TOTAL	-13,59	-6,06	1,24	4,68	1,53

DISCRIMINAÇÃO	1994-95	1995-96	1996-97	1989-97
Produtos minerais não-metálicos ...	-5,13	4,80	1,44	-12,48
Metalúrgica	-11,70	0,52	5,42	-23,32
Mecânica	-10,73	-6,25	1,92	-28,74
Material elétrico e de comunicações	-7,78	-3,06	-8,48	-18,63
Material de transporte	-5,15	-2,40	14,56	2,94
Madeira e mobiliário	-9,44	0,34	4,55	-7,56
Papel, papelão, editorial e gráfica	4,59	-0,92	-2,06	-8,60
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares	-12,42	3,13	-3,79	-31,41
Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumes, sabões, velas e material plástico	-4,81	-1,03	-0,41	-2,79
Têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	-13,45	-4,29	1,69	-39,27
Calçados	-11,79	2,56	-12,68	-32,00
Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	10,45	-1,54	-4,97	-5,78
TOTAL	-6,63	-0,19	-2,94	-21,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 6

Varição percentual do emprego fomal, por setor de atividade e por porte dos estabelecimentos, no Rio Grande do Sul — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	ATÉ 49 EMPREGADOS	DE 50 A 249 EMPREGADOS	MAIS DE 250 EMPREGADOS	TOTAL
Extrativa mineral	9,87	11,52	-62,07	-15,35
Indústria de transformação	20,22	-13,68	-40,36	-21,00
Serviços industriais de utilidade pública	8,92	-22,22	30,16	6,05
Construção civil	95,26	28,34	-17,14	38,76
Comércio	14,59	-34,83	-47,93	-3,99
Serviços	27,36	-13,80	-18,57	0,62
Administração pública	-79,86	60,01	-2,40	-2,83
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	390,52	-4,74	3,23	149,86
Outros/ignorado	-95,73	-99,06	-100,00	-97,48
TOTAL	22,20	-14,30	-21,41	-6,33

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 7

Evolução do emprego médio, por porte dos estabelecimentos, no Rio Grande do Sul — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Até 49 empregados	5,12	4,91	4,66	4,58	4,66	4,52	4,11	4,07	4,05
De 50 a 249 empregados	105,38	102,10	103,07	102,91	103,44	101,33	100,87	100,53	101,82
Mais de 250 empregados	788,29	793,70	786,52	765,47	791,43	791,93	775,39	841,06	824,53

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 8

Evolução do emprego formal, por Corede, no Rio Grande do Sul — 1989-97

a) 1989-91

DISCRIMINAÇÃO	1989		1990		1991	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Alto Jacuí	20 573	1,09	19 315	1,09	18 320	1,08
Campanha	29 689	1,58	28 275	1,60	27 648	1,64
Central	71 310	3,79	68 210	3,86	65 154	3,85
Centro-Sul	30 434	1,62	26 589	1,50	27 056	1,60
Fronteira Noroeste	22 263	1,18	21 799	1,23	20 907	1,24
Fronteira Oeste	65 148	3,47	59 658	3,37	56 027	3,31
Hortênsias	23 006	1,22	21 912	1,24	20 931	1,24
Litoral	23 943	1,27	22 263	1,26	22 201	1,31
Médio Alto Uruguai	7 844	0,42	8 302	0,47	7 853	0,46
Metropolitano Delta do Jacuí	681 676	36,27	678 721	38,37	621 479	36,76
Missões	24 912	1,33	23 987	1,36	22 553	1,33
Nordeste	18 239	0,97	17 096	0,97	16 416	0,97
Noroeste Colonial	35 157	1,87	33 549	1,90	31 019	1,83
Norte	22 598	1,20	21 947	1,24	21 726	1,29
Paranhana	34 876	1,86	32 440	1,83	32 936	1,95
Produção	59 478	3,16	56 797	3,21	54 713	3,24
Serra	165 633	8,81	154 474	8,73	149 103	8,82
Sul	129 210	6,87	119 783	6,77	112 969	6,68
Vale do Caí	20 718	1,10	20 481	1,16	19 904	1,18
Vale do Rio dos Sinos	269 308	14,33	239 519	13,54	229 569	13,58
Vale do Rio Pardo	47 668	2,54	47 007	2,66	42 252	2,50
Vale do Taquari	56 537	3,01	46 862	2,65	47 039	2,78
Ignorado RS	19 317	1,03	0	0,00	22 771	1,35
TOTAL	1 879 537	100,00	1 768 986	100,00	1 690 546	100,00

Tabela 8

Evolução do emprego formal, por Corede, no Rio Grande do Sul — 1989-97

b) 1992-94

DISCRIMINAÇÃO	1992		1993		1994	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Alto Jacuí	19 460	1,15	20 460	1,15	22 056	1,24
Campanha	27 096	1,60	25 200	1,42	26 119	1,46
Central	65 900	3,89	67 764	3,82	70 654	3,96
Centro-Sul	24 127	1,42	23 859	1,35	22 409	1,26
Fronteira Noroeste	21 169	1,25	22 955	1,29	23 591	1,32
Fronteira Oeste	56 095	3,31	60 609	3,42	63 800	3,57
Hortênsias	21 328	1,26	23 588	1,33	23 251	1,30
Litoral	24 028	1,42	25 258	1,42	28 247	1,58
Médio Alto Uruguai	8 331	0,49	9 262	0,52	9 664	0,54
Metropolitano Delta do Jacuí	600 947	35,49	624 958	35,24	627 978	35,18
Missões	24 439	1,44	25 414	1,43	26 124	1,46
Nordeste	17 787	1,05	19 266	1,09	19 395	1,09
Noroeste Colonial	31 233	1,84	32 621	1,84	34 624	1,94
Norte	23 793	1,41	25 584	1,44	26 888	1,51
Paranhana	36 749	2,17	41 231	2,33	42 578	2,39
Produção	57 139	3,37	58 943	3,32	61 450	3,44
Serra	153 653	9,07	163 964	9,25	168 299	9,43
Sul	115 540	6,82	113 570	6,40	112 431	6,30
Vale do Caí	21 977	1,30	25 017	1,41	24 230	1,36
Vale do Rio dos Sinos	245 221	14,48	256 643	14,47	248 932	13,95
Vale do Rio Pardo	45 521	2,69	48 289	2,72	48 133	2,70
Vale do Taquari	49 257	2,91	55 496	3,13	53 819	3,02
Ignorado RS	2 402	0,14	3 351	0,19	237	0,01
TOTAL	1 693 192	100,00	1 773 302	100,00	1 784 909	100,00

Tabela 8

Evolução do emprego formal, por Corede, no Rio Grande do Sul — 1989-97

c) 1995-97

DISCRIMINAÇÃO	1995		1996		1997	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Alto Jacuí	21 562	1,25	20 613	1,19	22 186	1,26
Campanha	25 572	1,48	23 653	1,36	23 685	1,35
Central	66 815	3,86	63 808	3,68	66 488	3,78
Centro-Sul	21 799	1,26	21 007	1,21	22 614	1,28
Fronteira Noroeste	22 150	1,28	22 847	1,32	25 690	1,46
Fronteira Oeste	60 241	3,48	55 745	3,21	55 529	3,15
Hortênsias	22 373	1,29	21 152	1,22	20 996	1,19
Litoral	28 366	1,64	27 740	1,60	28 922	1,64
Médio Alto Uruguai	10 268	0,59	10 421	0,60	11 211	0,64
Metropolitano Delta do Jacuí	605 548	35,02	630 754	36,34	628 968	35,73
Missões	25 059	1,45	23 695	1,37	24 402	1,39
Nordeste	19 531	1,13	18 932	1,09	20 948	1,19
Noroeste Colonial	36 702	2,12	34 570	1,99	36 270	2,06
Norte	28 312	1,64	28 216	1,63	29 232	1,66
Paranhana	40 790	2,36	44 640	2,57	44 223	2,51
Produção	61 502	3,56	61 834	3,56	66 063	3,75
Serra	167 954	9,71	168 461	9,71	172 640	9,81
Sul	104 450	6,04	100 629	5,80	99 898	5,67
Vale do Cai	24 441	1,41	24 075	1,39	25 423	1,44
Vale do Rio dos Sinos	233 689	13,51	230 650	13,29	228 124	12,96
Vale do Rio Pardo	49 045	2,84	49 100	2,83	50 068	2,84
Vale do Taquari	52 999	3,07	53 254	3,07	55 087	3,13
Ignorado RS	0	0,00	0	0,00	1 825	0,10
TOTAL	1 729 168	100,00	1 735 796	100,00	1 760 492	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Em 1997, os valores dos Coredes Alto Jacuí e Metropolitano Delta do Jacuí foram ajustados pela FEE/NET, em função de problemas identificados e confirmados pela Datamec em dados dos setores serviços, administração pública e agropecuária.

Tabela 9

Emprego formal, por Corede e por setor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1997

DISCRIMINAÇÃO	(%)				
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO			
	Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil
Alto Jacuí	13,46	0,45	11,86	2,37	2,89
Campanha	17,55	2,27	7,92	3,16	3,11
Central	9,26	0,49	12,91	1,54	5,60
Centro-Sul	9,67	2,33	23,33	2,58	2,45
Fronteira Noroeste	4,46	0,21	24,27	1,14	5,78
Fronteira Oeste	23,00	0,12	7,63	1,44	2,38
Hortênsias	5,97	0,20	45,46	0,67	2,63
Litoral	5,68	0,24	19,48	1,18	4,70
Médio Alto Uruguai	4,03	0,10	12,43	1,61	5,82
Metropolitano Delta do Jacuí	1,33	0,07	11,58	1,40	4,29
Missões	8,78	0,18	13,49	1,40	3,13
Nordeste	21,22	0,15	20,57	0,78	2,77
Noroeste Colonial	6,33	0,14	18,92	1,39	2,99
Norte	3,61	0,04	31,13	0,83	12,12
Paranhana	3,59	0,07	71,25	0,24	1,00
Produção	6,59	0,33	25,19	1,07	4,39
Serra	1,79	0,38	51,02	0,27	3,99
Sul	8,57	0,28	17,51	1,08	4,90
Vale do Caí	3,86	0,24	49,60	0,30	3,09
Vale do Rio dos Si- nos	0,15	0,27	48,34	1,68	3,47
Vale do Rio Pardo	3,15	0,34	36,36	0,67	5,41
Vale do Taquari	3,08	0,40	49,12	0,89	4,25
Ignorado RS	2,14	0,00	0,71	0,00	0,16
TOTAL	4,16	0,26	26,34	1,24	4,14

(continua)

Tabela 9

Emprego formal, por Corede e por setor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1997

(%)

DISCRIMINAÇÃO	TERCIÁRIO			OUTROS/ IGNORADO	TOTAL
	Comércio	Serviços	Administração Pública		
Alto Jacuí	25,98	20,17	22,80	0,01	100,00
Campanha	21,89	23,49	20,33	0,28	100,00
Central	22,77	29,39	17,93	0,09	100,00
Centro-Sul	17,41	23,52	18,67	0,04	100,00
Fronteira Noroeste	20,27	20,52	23,35	0,00	100,00
Fronteira Oeste	23,48	27,09	14,69	0,16	100,00
Hortênsias	13,56	21,62	9,82	0,06	100,00
Litoral	25,71	23,36	19,64	0,01	100,00
Médio Alto Uruguai	20,38	19,06	36,54	0,03	100,00
Metropolitano Delta do Jacuí	13,01	35,80	32,46	0,05	100,00
Missões	23,65	24,44	24,82	0,11	100,00
Nordeste	16,25	23,83	14,39	0,03	100,00
Noroeste Colonial	24,19	26,60	19,39	0,04	100,00
Norte	17,86	20,86	13,54	0,01	100,00
Paranhana	7,67	7,85	8,33	0,00	100,00
Produção	22,89	26,90	12,56	0,09	100,00
Serra	12,79	22,69	7,06	0,01	100,00
Sul	18,91	31,98	16,50	0,27	100,00
Vale do Caí	13,53	18,97	10,38	0,04	100,00
Vale do Rio dos Si- nos	15,12	22,86	8,08	0,03	100,00
Vale do Rio Pardo	17,19	23,63	13,24	0,02	100,00
Vale do Taquari	14,67	17,19	10,38	0,01	100,00
Ignorado RS	1,86	1,15	93,97	0,00	100,00
TOTAL	15,90	27,90	20,00	0,06	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989).
Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Os valores dos Coredes Alto Jacuí e Metropolitano Delta do Jacuí foram ajustados pela FEE/NET, em função de problemas identificados e confirmados pela Datamec em dados dos setores serviços, administração pública e agropecuária.

Tabela 10

Índice do emprego formal por Corede e no total do Rio Grande do Sul — 1990-97

a) 1990-93

DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	1992	1993
Médio Alto Uruguai	105,84	100,11	106,21	118,08
Norte	97,12	96,14	105,29	113,21
Paranhana - Encosta da Serra ...	93,02	94,44	105,37	118,22
Vale do Caí	98,86	96,07	106,08	120,75
Litoral	92,98	92,72	100,36	105,49
Fronteira Noroeste	97,92	93,91	95,09	103,11
Nordeste	93,73	90,00	97,52	105,63
Produção	95,49	91,99	96,07	99,10
Alto Jacuí	93,89	89,05	94,59	99,45
Vale do Rio Pardo	98,61	88,64	95,50	101,30
Serra	93,26	90,02	92,77	98,99
Noroeste Colonial	95,43	88,23	88,84	92,79
Missões	96,29	90,53	98,10	102,02
Vale do Taquari	82,89	83,20	87,12	98,16
Central	95,65	91,37	92,41	95,03
Metropolitano Delta do Jacuí	99,57	91,17	88,16	91,68
Hortênsias	95,24	90,98	92,71	102,53
Fronteira Oeste	91,57	86,00	86,10	93,03
Vale do Rio dos Sinos	88,94	85,24	91,06	95,30
Campanha	95,24	93,13	91,27	84,88
Sul	92,70	87,43	89,42	87,90
Centro-Sul	87,37	88,90	79,28	78,40
TOTAL RS	94,12	89,94	90,09	94,35

Tabela 10

Índice do emprego formal por Corede e no total do Rio Grande do Sul — 1990-97

b) 1994-97

DISCRIMINAÇÃO	1994	1995	1996	1997
Médio Alto Uruguai	123,20	130,90	132,85	142,92
Norte	118,98	125,29	124,86	129,36
Paranhana - Encosta da Serra ...	122,08	116,96	128,00	126,80
Vale do Caí	116,95	117,97	116,20	122,71
Litoral	117,98	118,47	115,86	120,80
Fronteira Noroeste	105,97	99,49	102,62	115,39
Nordeste	106,34	107,08	103,80	114,85
Produção	103,32	103,40	103,96	111,07
Alto Jacuí	107,21	104,81	100,19	107,84
Vale do Rio Pardo	100,98	102,89	103,00	105,03
Serra	101,61	101,40	101,71	104,23
Noroeste Colonial	98,48	104,39	98,33	103,17
Missões	104,87	100,59	95,11	97,95
Vale do Taquari	95,19	93,74	94,19	97,44
Central	99,08	93,70	89,48	93,24
Metropolitano Delta do Jacuí	92,12	88,83	92,53	92,27
Hortênsias	101,06	97,25	91,94	91,26
Fronteira Oeste	97,93	92,47	85,57	85,24
Vale do Rio dos Sinos	92,43	86,77	85,65	84,71
Campanha	87,98	86,13	79,67	79,78
Sul	87,01	80,84	77,88	77,31
Centro-Sul	73,63	71,63	69,02	74,31
TOTAL RS	94,97	92,00	92,35	93,67

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: 1. Base: 1989 = 100.

2. Em 1997, os valores dos Coredes Alto Jacuí e Metropolitano Delta do Jacuí foram ajustados pela FEE/NET, em função de problemas identificados e confirmados pela Datamec em dados dos setores serviços, administração pública e agropecuária.

Tabela 11

Variação do emprego formal, por Corede e por grande setor
de atividade, no RS — 1989-97

a) emprego total

DISCRIMINAÇÃO	1997	Δ% 1997 1989	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO RS	
			1989	1997
Metropolitano Delta do Jacuí	628 968	-7,73	36,27	35,73
Vale do Rio dos Sinos	228 124	-15,29	14,33	12,96
Serra	172 640	4,23	8,81	9,81
Sul	99 898	-22,69	6,87	5,67
Central	66 488	-6,76	3,79	3,78
Produção	66 063	11,07	3,16	3,75
Fronteira Oeste	55 529	-14,76	3,47	3,15
Vale do Taquari	55 087	-2,56	3,01	3,13
Vale do Rio Pardo	50 068	5,03	2,54	2,84
Paranhana - Encosta da Serra ..	44 223	26,80	1,86	2,51
Noroeste Colonial	36 270	3,17	1,87	2,06
Norte	29 232	29,36	1,20	1,66
Litoral	28 922	20,80	1,27	1,64
Fronteira Noroeste	25 690	15,39	1,18	1,46
Vale do Cai	25 423	22,71	1,10	1,44
Missões	24 402	-2,05	1,33	1,39
Campanha	23 685	-20,22	1,58	1,35
Centro-Sul	22 614	-25,69	1,62	1,28
Alto Jacuí	22 186	7,84	1,09	1,26
Hortênsias	20 996	-8,74	1,22	1,19
Nordeste	20 948	14,85	0,97	1,19
Médio Alto Uruguai	11 211	42,92	0,42	0,64
Ignorado RS	1 825	-90,55	1,03	0,10
TOTAL RS	1 760 492	-6,33	100,00	100,00

Tabela 11

Variação do emprego formal, por Corede e por grande setor
de atividade, no RS — 1989-97

b) Setor Primário

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO COREDE		Δ% $\frac{1997}{1989}$
	1989	1997	
Metropolitano Delta do Jacuí	0,51	1,33	138,64
Vale do Rio dos Sinos	0,09	0,15	46,55
Serra	1,09	1,79	70,86
Sul	5,42	8,57	22,14
Central	2,33	9,26	270,46
Produção	2,84	6,59	157,79
Fronteira Oeste	4,33	23,00	352,78
Vale do Taquari	2,62	3,08	14,53
Vale do Rio Pardo	1,06	3,15	211,66
Paranhana - Encosta da Serra ..	0,07	3,59	6 252,00
Noroeste Colonial	2,50	6,33	160,91
Norte	1,10	3,61	324,10
Litoral	0,96	5,68	610,82
Fronteira Noroeste	3,40	4,46	51,06
Vale do Cai	1,46	3,86	224,83
Missões	1,58	8,78	445,29
Campanha	5,12	17,55	173,49
Centro-Sul	2,10	9,67	242,25
Alto Jacuí	4,40	13,46	229,94
Hortênsias	1,10	5,97	395,65
Nordeste	9,74	21,22	150,34
Médio Alto Uruguai	2,72	4,03	112,21
Ignorado RS	2,45	2,14	-91,77
TOTAL RS	1,56	4,16	149,86

Tabela 11

Variação do emprego formal, por Corede e por grande setor
de atividade, no RS — 1989-97

c) Setor Secundário

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO COREDE		$\Delta\%$ $\frac{1997}{1989}$
	1989	1997	
Metropolitano Delta do Jacuí	21,12	17,34	-24,22
Vale do Rio dos Sinos	60,80	53,76	-25,09
Serra	62,46	55,66	-7,12
Sul	29,13	23,77	-36,91
Central	17,35	20,55	10,40
Produção	26,69	30,97	28,87
Fronteira Oeste	16,44	11,58	-39,99
Vale do Taquari	54,93	54,67	-3,02
Vale do Rio Pardo	42,83	42,77	4,88
Paranhana - Encosta da Serra	78,64	72,56	16,99
Noroeste Colonial	25,83	23,45	-6,33
Norte	38,48	44,12	48,30
Litoral	28,54	25,60	8,36
Fronteira Noroeste	29,51	31,40	22,80
Vale do Caí	54,87	53,22	19,02
Missões	16,95	18,20	5,14
Campanha	19,83	16,46	-33,79
Centro-Sul	38,42	30,68	-40,66
Alto Jacuí	17,68	17,57	7,17
Hortênsias	61,61	48,96	-27,47
Nordeste	28,49	24,28	-2,12
Médio Alto Uruguai	12,48	19,95	128,50
Ignorado RS	54,06	0,88	-99,85
TOTAL RS	35,40	31,98	-15,40

Tabela 11

Variação do emprego formal, por Corede e por grande setor
de atividade, no RS — 1989-97

d) Setor Terciário

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO COREDE		Δ% $\frac{1997}{1989}$
	1989	1997	
Metropolitano Delta do Jacuí	76,43	81,28	-1,88
Vale do Rio dos Sinos	36,73	46,06	6,23
Serra	35,15	42,53	26,12
Sul	62,63	67,39	-16,81
Central	77,81	70,10	-16,00
Produção	68,02	62,35	1,82
Fronteira Oeste	76,37	65,26	-27,16
Vale do Taquari	41,43	42,24	-0,65
Vale do Rio Pardo	54,30	54,06	4,56
Paranhana - Encosta da Serra ..	20,05	23,85	50,80
Noroeste Colonial	70,01	70,18	3,42
Norte	58,10	52,26	16,36
Litoral	67,51	68,71	22,94
Fronteira Noroeste	65,06	64,14	13,76
Vale do Caí	41,77	42,88	25,98
Missões	78,25	72,91	-8,74
Campanha	72,41	65,71	-27,60
Centro-Sul	58,40	59,60	-24,17
Alto Jacuí	74,80	68,95	-0,59
Hortênsias	36,39	45,01	12,89
Nordeste	59,11	54,47	5,83
Médio Alto Uruguai	82,23	75,99	32,08
Ignorado RS	22,05	96,99	-58,45
TOTAL RS	60,77	63,80	-1,65

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/
/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD
de uso interno).

NOTA: Em 1997, os valores dos Coredes Alto Jacuí e Metropolitano Delta do Jacuí foram ajustados pela FEE/NET, em função de problemas identificados e confirmados pela Datamec em dados dos setores serviços, administração pública e agropecuária.

Tabela 12

Variação do número de trabalhadores nos Coredes que diminuíram o número de trabalhadores, por setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO DO RS EM 1997		PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		
			Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca		Indústria de Transformação		Construção Civil
			Extrativa Mineral		Indústrias de Utilidade Pública	Serviços	
Metropolitano Delta do Jacuí	35,73		4 847	-352	-38 643	2 350	1 783
Vale do Rio dos Sinos	12,96		108	533	-47 491	2 203	3 665
Sul	5,67		1 551	61	-15 834	-56	1 934
Central	3,78		4 495	-19	1 138	-317	485
Fronteira Oeste	3,15		9 952	-40	-3 434	-69	-741
Vale do Taquari	3,13		215	112	-2 309	264	995
Missões	1,39		1 750	37	-116	108	188
Campanha	1,35		2 637	32	-502	-664	-855
Centro-Sul	1,28		1 548	-1 266	-1 272	-2 266	49
Hortênsias	1,19		1 001	-34	-3 838	-27	5
TOTAL	69,63		28 104	-936	-112 301	1 526	7 508

DISCRIMINAÇÃO	TERCIÁRIO					VARIAÇÃO % DO EMPREGO TOTAL 1997/1989
	Comércio	Serviços	Administração Pública	OUTROS/IGNORADO	TOTAL	
Metropolitano Delta do Jacuí	-14 561	1 308	3 469	-12 909	-52 708	-7,73
Vale do Rio dos Sinos	2 833	6 093	-2 764	-6 364	-41 184	-15,29
Sul	-3 692	-6 336	-3 575	-3 365	-29 312	-22,69
Central	-803	709	-8 783	-1 727	-4 822	-6,76
Fronteira Oeste	-3 320	-3 521	-6 675	-1 771	-9 619	-14,76
Vale do Taquari	1 258	-2 758	1 348	-575	-1 450	-2,56
Missões	-215	-870	-618	-774	-510	-2,05
Campanha	-502	-2 999	-2 433	-718	-6 004	-20,22
Centro-Sul	-316	-3 925	-55	-317	-7 820	-25,69
Hortênsias	687	-128	520	-196	-2 010	-8,74
TOTAL	-18 631	-12 427	-19 566	-28 716	-155 439	-11,25

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Em 1997, os valores dos Coredes Alto Jacuí e Metropolitano Delta do Jacuí foram ajustados pela FEE/NET em função de problemas identificados e confirmados pela Datamec em dados dos setores serviços, administração pública e agropecuária.

Tabela 13

Variação do número de trabalhadores nos Coredes que aumentaram o número de trabalhadores, por setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO DO RS EM 1997	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		
		Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil
Serra	9,81	1 284	241	-12 198	-147	4 736
Produção	3,75	2 665	66	2 887	-135	1 765
Vale do Rio Pardo	2,84	1 071	-182	-707	-68	1 954
Paranhana	2,51	1 563	26	4 585	-18	66
Noroeste Colonial	2,06	1 416	10	-638	34	19
Norte	1,66	807	5	1 994	51	2 150
Litoral	1,64	1 411	10	522	-40	79
Fronteira Noroeste	1,46	387	4	494	72	928
Vale do Cai	1,44	679	30	1 722	-14	424
Alto Jacuí	1,26	2 081	90	-162	52	281
Nordeste	1,19	2 670	15	-288	2	161
Médio Alto Uruguai	0,64	239	-78	736	66	534
TOTAL	30,26	16 273	237	-1 053	-145	13 097

TERCIÁRIO

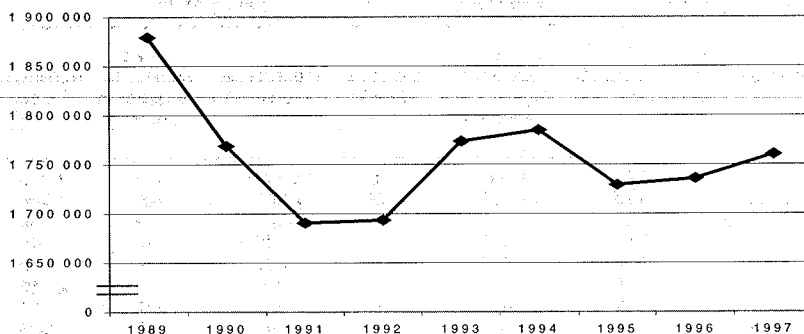
DISCRIMINAÇÃO	Comércio	Serviços	Administração Pública	OUTROS/IGNORADO	TOTAL	VARIÇÃO % DO EMPREGO TOTAL 1989/1997
Serra	4 007	9 042	2 161	-2 119	7 007	4,23
Produção	295	1 457	-1 017	-1 398	6 585	11,07
Vale do Rio Pardo	-718	1 444	455	-849	2 400	5,03
Paranhana	572	1 030	1 951	-428	9 347	26,8
Noroeste Colonial	1 681	-252	-587	-570	1 113	3,17
Norte	887	703	558	-521	6 634	29,36
Litoral	1 502	1 972	234	-711	4 979	20,8
Fronteira Noroeste	-294	75	2 212	-451	3 427	15,39
Vale do Cai	441	1 839	-32	-384	4 705	22,71
Alto Jacuí	738	-1 516	687	-638	1 613	7,84
Nordeste	127	893	-391	-480	2 709	14,85
Médio Alto Uruguai	174	517	1 378	-199	3 367	42,92
TOTAL	9 412	17 204	7 609	-8 748	53 886	11,25

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Em 1997, os valores dos Coredes Alto Jacuí e Metropolitano Delta do Jacuí foram ajustados pela FEE/NET, em função de problemas identificados e confirmados pela Datamec em dados dos setores serviços, administração pública e agropecuária.

Gráfico 1

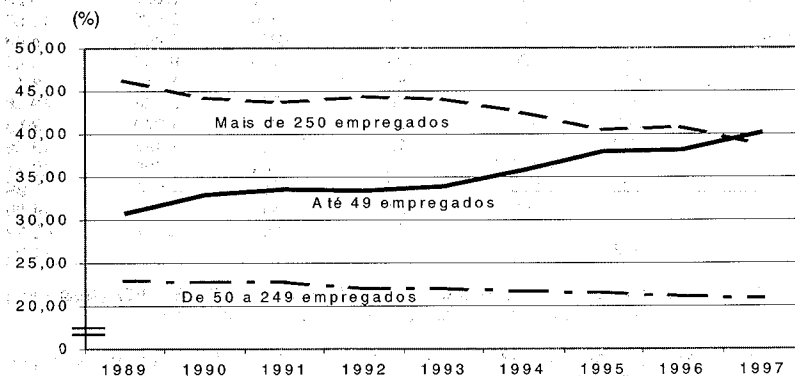
Evolução do número do emprego formal no Rio Grande do Sul — 1989-97



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Gráfico 2

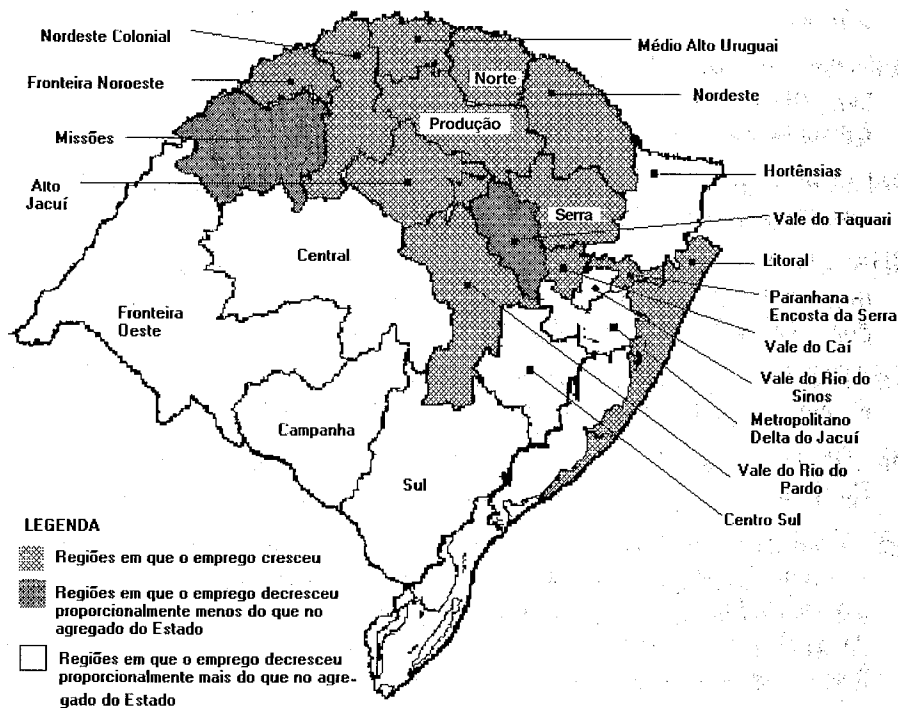
Evolução do emprego formal, por porte dos estabelecimentos, no Rio Grande do Sul — 1989-97



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989/1997). Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Mapa 1

Varição do emprego formal, por regiões (Coredes),
no Rio Grande do Sul — 1989-97



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MTE, RAIS — diversos anos.

Bibliografia

- AMADEO, Edward (1998). **Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho**. Brasília : Câmara dos Deputados. maio.
- BALTAR, Paulo E. A., MATTOSO, Jorge E. L. (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre : FEE, v.18, n.1, p.13-40.
- BARROS, Ricardo P., FOGEL, Miguel, MENDONÇA, Rosane. (1997). Perspectivas para o mercado de trabalho brasileiro ao longo da próxima década. **Estudos Econômicos**, São Paulo : USP/IPE, v.27.
- CARLEIAL, Liana, VALLE, Rogério, org. (1997). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo : Hucitec/ ABET.
- CHAHAD, José Paulo Z. (1998). Estabilização e desemprego em tempo de mudança: realidade e desafios no caso brasileiro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre : FEE, v.26, n.2, p.253-282.
- DE TONI, Miriam, XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1997). Emprego. In: **Projeto RS 2010**. Porto Alegre : SCP: FEE/METROPLAN.
- DEDDECA, Cláudio.(1998). O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol.18, n.1, p.99-119, jan./mar.
- LARANGEIRA, Sônia Guimarães. (1995). O Mercado de trabalho nos anos 90: emprego, desemprego, precarização - as regiões Metropolitanas de São Paulo e de Porto Alegre. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, DESIGUALDADES POBREZA, EXCLUSÃO, 7, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos**. Rio de Janeiro : Rio de Janeiro : UFRJ Rio de Janeiro.
- NAJBERG, Sheila, OLIVEIRA, Paulo André de Souza (1999). **A dinâmica recente do emprego formal no Brasil**. Rio de Janeiro : BNDES (Nota técnica n.6).
- POCHMANN, Márcio (1998). Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.2, p.119-139.
- SABOIA, João (1999). Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90. **Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro : IE /UFRJ, v.19, n.4, p.62-65, dez.